



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 04/2023**

Período: 18/02/2023 - 24/02/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Controladoria-Geral da União revogou sigilo do processo disciplinar de Pazuello e determinou prazo para o Exército liberar a documentação
- 2- Exército prorrogou prazo para concluir investigação sobre responsabilidades militares no 8 de janeiro
- 3- Ação que discute os limites da Justiça Militar segue indefinida
- 4- Forças Armadas auxiliam em operações de busca e assistência no litoral norte de São Paulo
- 5- Operação contra o garimpo ilegal em terra indígena continua com participação das Forças Armadas
- 6- Proposta de alteração do artigo 142 da Constituição Federal gera controvérsias
- 7- Colunista fez referência ao golpe de 64 ao falar sobre o 8 de janeiro
- 8- General da reserva discorreu sobre papel político das Forças Armadas

### 1- Controladoria-Geral da União revogou sigilo do processo disciplinar de Pazuello e determinou prazo para o Exército liberar a documentação

Em reportagem, os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que a Controladoria-Geral da União (CGU) estabeleceu um prazo de 10 dias para que o Comando do Exército divulgasse o processo administrativo disciplinar que avaliou e decidiu não punir o general Eduardo Pazuello por ter participado de evento político junto ao então presidente da República, Jair Bolsonaro (2018-2022), na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2021. Os jornais recordaram que Pazuello, hoje na reserva, era oficial da ativa na época e exerceu a função de ministro da Saúde durante a pandemia de covid-19. Tanto o *Correio* quanto o *Estado* ressaltaram que a participação em atos político-partidários é vedada pelo código de conduta militar, embora possa ocorrer em caráter de exceção mediante autorização do comandante da Força. Os jornais também destacaram que, no entendimento da CGU, a documentação do processo deve ser pública, contrariando a posição do Exército, que negava a transparência com base na lei de proteção de dados e impôs sigilo de 100 anos ao processo. Em entrevista ao *Correio*, o ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, esclareceu que a Lei de Acesso à Informação (LAI) também se aplica aos militares. Na avaliação de Carvalho, os processos que não causam "dano à imagem, à honra de uma pessoa", e são minimamente de interesse público, devem ser de livre acesso. Em coluna de opinião para a *Folha de S. Paulo*, a

jornalista Juliana Braga ressaltou que o ministro da CGU declarou a interlocutores que o parecer sobre a quebra do sigilo seria “estritamente técnico” e que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, indicou que não haveria problemas para a divulgação do processo. De acordo com Braga, Múcio negou que a quebra do sigilo teria potencial para causar atritos entre os militares e o governo. (Correio Braziliense – Política – 18/02/23; Correio Braziliense – Política – 19/02/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 20/02/23; O Estado de S. Paulo – Política, 18/02/23)

## 2- Exército prorrogou prazo para concluir investigação sobre responsabilidades militares no 8 de janeiro

Conforme publicaram os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército prorrogou para 13/03/2023 o prazo para finalizar o Inquérito Policial Militar (IPM) que apura possíveis erros, omissões e conivência de militares na proteção da sede da presidência da República no dia 08 de janeiro, data dos atos golpistas que atacaram prédios públicos em Brasília, distrito federal. Segundo o *Correio*, uma das principais questões a serem esclarecidas diz respeito ao então comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora, pois não havia efetivo suficiente mobilizado para que a tropa especializada atuasse na proteção do Planalto. Adicionalmente, o jornal mencionou que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) também havia dispensado um grupo de 36 militares da tropa de choque, preparada para atuar em distúrbios civis. Em coluna de opinião para o *Correio*, o advogado Sacha Calmon discutiu, entre outros assuntos, o fato do então comandante do Exército, Júlio César de Arruda, ter sido substituído após os acontecimentos de 8 de janeiro em razão da quebra da confiança. (Correio Braziliense – Opinião – 19/02/23; Correio Braziliense – Política – 24/02/23; O Estado de S. Paulo – Política – 24/02/23)

## 3- Ação que discute os limites da Justiça Militar segue indefinida

O jornal *Correio Braziliense* noticiou que o Supremo Tribunal Federal (STF) postergou novamente o julgamento a respeito da competência da Justiça Militar para julgar crimes cometidos por militares em atividades subsidiárias, como as operações de garantia da lei e da ordem (GLO). O autor da ação, proposta em 2013 ao STF, foi o ex-procurador-geral da República Roberto Gurgel, que alegou a ampliação indevida do foro militar. Segundo o jornal, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski transferiu a análise do processo do plenário virtual para a sessão presencial da corte; porém, sem data definida. O *Correio* destacou que quando retomado, o julgamento levará em conta apenas o voto do ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo, que se aposentou. Sua posição foi pela manutenção da competência da Justiça Militar. Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde ponderou que o placar do plenário virtual, de 5 a 2, indicava a permanência do foro militar, embora existisse o temor de que a decisão indicasse um aval para a “licença para matar” dada aos militares. Cantanhêde lembrou o caso do músico Evaldo Rosa, metralhado por 257 tiros em operação do Exército no Rio de Janeiro e que os autores do crime foram condenados pela Justiça Militar por apenas um voto de diferença (3 a 2). (Correio Braziliense – Política – 18/02/23; O Estado de S. Paulo – Política – 19/02/23)

#### 4- Forças Armadas auxiliam em operações de busca e assistência no litoral norte de São Paulo

Segundo reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o litoral norte do estado de São Paulo foi atingido por fortes chuvas que provocaram deslizamentos e culminaram na morte de mais de 50 pessoas, sendo uma delas em Ubatuba e as demais em São Sebastião. Mais de 2,5 mil pessoas estão desabrigadas ou desalojadas e cerca de 40 pessoas estão desaparecidas. O governo do estado de São Paulo informou que bombeiros, Defesa Civil, forças de segurança do estado, Forças Armadas, Polícia Federal e moradores atuam nos trabalhos de busca. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, solicitou apoio das Forças Armadas, sendo atendido prontamente com a disponibilização de helicópteros e de um avião de grande porte, por parte do Batalhão de Aviação de Taubaté, que transportaria as tropas para a região e poderia ser utilizado para resgatar os feridos e encaminhá-los aos hospitais da região. Os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o navio aeródromo “Atlântico”, a maior embarcação da esquadra brasileira, por vezes utilizada em missões humanitárias, foi mobilizado para prestar auxílio às vítimas da tragédia no litoral norte de São Paulo. Além de ter transportado o que é necessário ao resgate das vítimas como maquinários e cães farejadores, o navio conta com um hospital de campanha equipado com unidade de tratamento intensivo (UTI), 20 médicos e 50 profissionais de saúde. Além do hospital, o navio abriga seis helicópteros utilizados para o resgate e transporte de feridos. De acordo com *O Estado*, o navio tem estrutura para atender até 200 pessoas por dia e a previsão é que fique atracado por 15 dias, prazo que poderá ser prorrogado a partir das necessidades locais. Além da estrutura médica, os militares também atuam no resgate de vítimas e liberação de vias interditadas. Segundo *O Estado* e o *Correio*, Tarcísio de Freitas também anunciou que a Marinha instalará um hospital de campanha na cidade de São Sebastião com 300 leitos e 21 agentes profissionais de saúde. A avaliação da Defesa Civil é que cinco dias após a tragédia que matou mais de 50 pessoas, a demanda não é por estrutura para atender feridos, mas sim por atendimento médico geral, por isso a proposição de criação de hospitais de campanha nas áreas afetadas. Segundo Carlos Gustavo Drumond, capitão de fragata e médico responsável pelo hospital de campanha, é necessário fazer um amplo reconhecimento da região para saber das condições e adaptações de infraestrutura para o atendimento sob livre demanda da população local. A *Folha de S. Paulo* informou que no dia 23/02/2023 membros do Exército e do corpo de bombeiros isolaram a área que concentrou as mortes na vila do Sahy. O general de divisão que coordena os trabalhos locais, Pedro Montenegro, informou que a estimativa é que ainda existam 16 corpos soterrados. Militares que trabalham no local informaram ser muito difícil haver sobreviventes, já que ao contrário de tragédias causadas por terremotos, em grandes deslizamentos de terra quase não há bolsões de ar que permitam as vítimas sobreviverem por dias. Em coluna opinativa para a *Folha*, a jornalista Juliana Braga informou que a cidade de São Sebastião ainda se encontra em alerta devido à possibilidade de novos temporais e deslizamentos. (Correio Braziliense – Brasil – 22/02/23; Correio Braziliense – Brasil – 23/02/23; Correio Braziliense – Brasil – 24/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/02/23;

Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 22/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/02/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/02/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/02/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole - 24/02/23).

#### 5- Operação contra o garimpo ilegal em terra indígena continua com participação das Forças Armadas

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a emergência em saúde pública na Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima, completou um mês no dia 20/02/2023 e segue sem data para a montagem do hospital de campanha em Surucucu, onde fica o 4º Pelotão Especial de Fronteira. Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), a pista de pouso da região depende de melhorias. O Ministério da Saúde afirmou que estas precariedades são “causadas por anos de abandono”, e que o Centro de Operação de Emergências (COE) articula estratégias com o Ministério da Defesa para dar andamento à construção do hospital. Enquanto isso, a Operação Libertação, dirigida pela Polícia Federal (PF) e pelas Forças Armadas, com o apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), tenta desmobilizar o garimpo ilegal, que além de ser nocivo ao meio ambiente, fez explodir casos de malária, desnutrição grave, infecção respiratória e outras doenças entre os indígenas. Segundo o jornal, a decisão da FAB de abrir corredores aéreos aos garimpeiros em fuga, apoiada pela Defesa, gerou divergência com o Ministério da Justiça, que acredita ser uma medida exagerada. Em nota, a Defesa disse que o tema está em discussão e que cabe ao Comando Operacional Conjunto Amazônia executar as ações, no tempo em que o Ministério da Justiça declarou que não há descoordenação nas condutas. O Ministério da Defesa concordou em não auxiliar no transporte para a retirada de garimpeiros, uma vez que o garimpo ilegal não é compatível com qualquer apoio logístico do governo. Em reportagem, o *Correio Braziliense* avaliou que o conformismo com a tragédia humanitária que assolou o povo Yanomami revela o que a filósofa Hannah Arendt chamou de “banalidade do mal”. O jornal publicou a opinião do professor José Antônio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), segundo o qual o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) estruturou um sistema solidificado de desrespeito aos direitos humanos que contou com grande participação de militares. Entre os órgãos governamentais ocupados por militares, Moroni chamou a atenção para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que contou a presença militar na maioria dos cargos de direção. (*Correio Braziliense* – Política – 21/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/02/23)

#### 6- Proposta de alteração do artigo 142 da Constituição Federal gera controvérsias

Em reportagem, o jornal *Correio Braziliense* discorreu sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) do deputado Carlos Zarattini, do Partido dos Trabalhadores (PT), para colocar fim às operações de garantia da lei e da ordem (GLO), que vêm sendo mal interpretadas por bolsonaristas radicais como justificativa para defender uma intervenção militar. Segundo o *Correio*, a operação de GLO deve ser utilizada em situações graves que interfiram na ordem e governabilidade do país. Outro objetivo da PEC é o de restringir a

presença de militares em cargos políticos, encaminhando-os para a reserva. Segundo o advogado constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo, a proposta é necessária para deter más interpretações e evitar que a política adentre as Forças Armadas, gerando suspeitas e conflito entre os poderes. Em coluna opinativa para o *Correio*, a jornalista Denise Rothenburg avaliou que membros do PT esperam aproveitar o contexto favorável, após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, para restringir a atuação dos militares e extinguir as famosas operações de GLO. A jornalista ponderou que membros do Legislativo e do Judiciário apoiam tal proposta, uma vez que o emprego das GLOs se tornou muito frequente e “[...] o Exército passou a ser chamado para resolver todas as mazelas sociais”. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* posicionou-se contrariamente à revisão do artigo 142, avaliando o texto constitucional como claro e sucinto. O jornal considerou que uma reformulação do artigo “reavivaria teses insanas do bolsonarismo” e que qualquer interpretação sobre o papel intervencionista dos militares está disposta em “fanatismo ou má-fé”. A jornalista Cristina Serra, em coluna para a *Folha*, argumentou que a modificação do artigo 142 a fim de esclarecer que os militares não possuem papel moderador sobre o poder civil é arriscada, uma vez que o Congresso Nacional está majoritariamente composto pela direita e há sérias possibilidades de “piorar o artigo”. Serra avaliou que é mais vantajoso que o governo dedique esforços para refundar a formação militar, fundamentando-a nos valores da legalidade e da democracia e na subordinação ao poder civil. A jornalista rememorou a trajetória do brigadeiro Rui Moreira Lima (1919-2013) como exemplo de conduta militar. O *Correio* e a *Folha* informaram que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, irá se reunir com alguns militares nas próximas semanas para discutir a proposta, com o objetivo de mediar o diálogo entre Exército, Marinha e Aeronáutica e reduzir os desgastes entre o Executivo e integrantes das Forças que apoiaram o governo anterior. De acordo com o oficial do Exército na reserva, Marcelo Pimentel, a Lei 6880/80 já proíbe a politização das Forças Armadas, sendo necessário alterar as normas infraconstitucionais já existentes e a cobrança do comando das Forças para o seu cumprimento pelos militares. Em coluna para a *Folha*, o repórter Fábio Zanini avaliou que os deputados do PT esperam que a PEC apresente uma redação mais clara do artigo 142, “[...] que não permita distorções como a de que haveria um suposto “poder moderador” das Forças Armadas”. (Correio Braziliense – Política – 18/02/23; Correio Braziliense – Opinião – 22/02/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 19/02/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 21/02/23; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/02/23)

#### 7- Colunista fez referência ao golpe de 64 ao falar sobre o 8 de janeiro

Em coluna opinativa ao jornal *Correio Braziliense*, o jornalista Alexandre Garcia fez alusão ao golpe de 1964 para analisar a ascensão da ideologia fascista no país, representada pela invasão dos Três Poderes em 8 de janeiro. Em sua avaliação, diferente do golpe de 64, as Forças Armadas se recusaram a atender ao apelo por intervenção militar e são criticadas por isso, enquanto que o Supremo Tribunal Federal recebe críticas por não seguir a Constituição. Garcia opinou que, neste contexto, surge a oportunidade ao Poder Legislativo de demonstrar a representação popular através da investigação do acontecimento político do 8 de janeiro não só na polícia, mas também nos plenários políticos.

Os deputados e senadores devem demonstrar que são o primeiro poder na democracia e não se esconderem atrás dela. (Correio Braziliense – Opinião – 22/02/23)

#### 8- General da reserva discorreu sobre papel político das Forças Armadas

De acordo com uma coluna opinativa publicada no jornal *Correio Braziliense*, o general da reserva e ex-chefe de Comunicação Social do Exército, Otávio Rêgo Barros, discorreu sobre a incerteza nos rumos da democracia brasileira, envolta em pedidos de intervenção militar, e a necessidade de utilizar a racionalidade para a manutenção das instituições. Em sua avaliação, o sistema partidário fragmentado, a despreocupação da elite civil e os governos populistas são algumas causas das dúvidas em relação ao posicionamento das Forças Armadas. Segundo Rêgo Barros, a participação política das Forças deve ser conferida, quando necessária, pelos “ministros da Defesa, almirantes, generais e brigadeiros da ativa, pertencentes ao Alto Comando de cada uma das Forças Armadas”. Nesse cenário, o general apontou que é necessário que a esquerda aprenda a debater questões militares, que a direita pare de se assumir como “protetora da ética e da moral do povo”, ao mesmo tempo em que haja clareza do comandante das Forças Armadas e que o presidente da República atue de acordo com as necessidades do Estado. O poder legislativo deve tratar seriamente os assuntos de defesa e segurança nacionais e os militares devem assumir o seu papel em qualquer ideologia de governo. Por fim, Rêgo Barros asseverou que as Forças Armadas não se veem como o poder moderador e a alteração do Artigo 142 não trará estabilidade na relação entre civis e militares; pois em sua avaliação o poder moderador é a vontade do povo e cabe aos civis e militares respeitarem a Constituição. Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, a advogada e professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Simone Cristine Araújo Lopes, contra-argumentou uma coluna de Rêgo Barros para a *Folha*, publicada em 09/02/2023. Na ocasião, o general defendeu o controle civil com militares, o que Lopes definiu como incongruente, dado que “[...] o militar é cumpridor de leis”. A professora também ponderou que, ao contrário do apontado pelo general, a separação entre militares profissionais e não profissionais diferencia a politização das forças, algo incompatível com o regime democrático. Lopes discorreu sobre alguns acontecimentos históricos em que o controle civil foi quebrado no Brasil e reforçou que a interferência militar na política deve ser rechaçada. (Correio Braziliense - Opinião - 22/02/23; Folha de S. Paulo – Opinião – 19/02/23)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Ismara Izele de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Giovani Nunes de Aguiar

Marcela Fulan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima